

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONCURSO PÚBLICO



Aplicação: 2014

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua Folha de Respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua Folha de Respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da Folha de Respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 5** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua Folha de Respostas e deixe o local de provas.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

CADERNO DE PROVAS
OBJETIVAS

NÍVEL MÉDIO

TURNO: TARDE

OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

 **cespeUnB**
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

 **Cebraspe**
Centro Brasileiro de Pesquisas em Avaliação
e Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 No começo dos tempos, as pessoas precisavam
aproveitar o período em que o Sol estava radiante para praticar
suas atividades diárias. Com o passar dos anos, essa
4 diferenciação entre dia para agir e noite para dormir foi ficando
menos evidente. Isso porque o advento da iluminação e, mais
precisamente, da iluminação pública, permitiu que as pessoas
7 desfrutassem mais da noite e deixou as cidades mais seguras e
bonitas. Dos lampiões a querosene aos *leds*, a evolução da
iluminação contribuiu para a transformação das cidades e dos
10 hábitos das pessoas.

Desde a Idade Média, os seres humanos vinham
tentando resolver o problema da escuridão com velas e outros
artefatos. Nesse período, eram usadas tochas com fibras
13 torcidas e impregnadas com material inflamável. Foi,
sobretudo, no século XV que a iluminação pública se tornou
uma preocupação nas cidades. A história indica que, em 1415,
16 na Inglaterra, a iluminação surgiu como uma solução para
amenizar a violência e, principalmente, os roubos a
comerciantes, que aconteciam com frequência na região.

Não é à toa que especialistas consideram a iluminação
como uma grande aliada das cidades na luta contra a violência
22 urbana, já que é uma grande inibidora de atos de vandalismo,
roubo e agressões.

Internet: <<http://www.osetoreletrico.com.br>> (com adaptações).

Considerando as ideias e os aspectos linguísticos do texto acima,
julgue os itens a seguir.

- 1 Os dois primeiros períodos do segundo parágrafo iniciam-se por elemento adverbial antecipado, o que justifica o emprego da vírgula para isolá-los.
- 2 Seriam mantidas a coerência e a correção gramatical do texto caso se substituísse “já que” (ℓ.22) por qualquer uma das seguintes expressões: **dado que**, **visto que**, **uma vez que**.
- 3 A expressão “à toa” (ℓ.20) tem, no texto, o mesmo sentido que na frase: **Aquela não é uma pessoa à toa**.
- 4 O texto estabelece uma relação paradoxal entre iluminação pública e aumento de segurança urbana.
- 5 O trecho “eram usadas tochas” (ℓ.13) poderia ser corretamente reescrito como **usavam-se tochas**.

1 As cidades foram criadas para a segurança de seus
habitantes. Foram elas que propiciaram, segundo autores
clássicos e contemporâneos, o desenvolvimento da cidadania,
4 da racionalidade econômica, de um sistema de leis válidas para
todos e de novas formas de associação entre indivíduos, fora
dos laços de parentesco e de servidão. Desde o clássico de
7 Weber (1958) até as obras mais recentes de Godbout (1997)
e Jacobs (1993), a liberdade é apresentada como uma conquista
urbana. Essas novas formas de liberdade foram saudadas
10 porque dissolviam laços de domínio dos poderes familiares e
feudais que impediam o aparecimento de um poder público
voltado para o povo (Habermas, 1994). Mas, simultaneamente,
13 por atraírem pessoas vindas de diferentes lugares, com
diferentes culturas, religiões, compromissos políticos e
identificações, que apenas se esbarrariam nos novos espaços,
16 as cidades teriam, então, comprometido o estabelecimento de
relações duradouras entre seus habitantes.

Alba Zaluar. **A abordagem ecológica e os paradoxos da cidade**. Revista de Antropologia, São Paulo: USP, 2010, v. 53, n.º 2, p. 613 (com adaptações).

Em relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 6 Seriam mantidas a coerência e a correção gramatical do texto caso as palavras “propiciaram” (ℓ.2) e “dissolviam” (ℓ.10) fossem substituídas, respectivamente, por **favoreceram** e **dissipavam**.
- 7 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso o trecho “Desde o clássico de Weber (1958) até as obras mais recentes de Godbout (1997) e Jacobs (1993)” (ℓ. 6 a 8) fosse deslocado para o final da oração, feitos os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas e suprimida a vírgula após “(1993)”.
- 8 O último período do texto poderia ser reescrito, com coerência e correção gramatical, da seguinte forma: No entanto, ao mesmo tempo que possibilitou uma nova forma de liberdade, as cidades prejudicaram o estabelecimento de relações duradouras entre seus habitantes, ao atraírem pessoas vindas de diferentes lugares, com diferentes culturas, religiões, compromissos políticos e identificações, que se esbarrariam nos novos espaços.
- 9 Infere-se da leitura do texto que as cidades propiciaram, além do fortalecimento dos laços de parentesco entre os indivíduos, o desenvolvimento da cidadania, da racionalidade econômica, de um sistema de leis válidas para todos e de novas formas de associação pessoal.
- 10 De acordo com o texto, as cidades, por congregarem pessoas de diferentes classes sociais, não contribuem para a manutenção de relações duradouras entre os habitantes.
- 11 Tanto na linha 11 quanto na linha 15, o termo “que” introduz oração adjetiva restritiva.

1 A palavra comunicação significa normalmente o
 ato de tornar comum a muitos. A partir do século XVII
 (até o século XIX), ganhou projeção a expressão *meio ou*
 4 *linhas de comunicação*, designando as facilidades
 trazidas pelo desenvolvimento das ferrovias, canais e
 rodovias no deslocamento de pessoas e objetos.
 7 Do século XIX ao século XX, o sentido da palavra se
 aproximou cada vez mais daquilo que hoje pode ser
 chamado de mídia (meios pelos quais se passa informação
 10 e se mantém o contato mediado, indireto). Foi a partir
 desse momento que a indústria da comunicação
 (transporte de bens simbólicos) separou-se
 13 semanticamente da indústria de transportes (transporte de
 bens físicos e pessoas).

É importante ressaltar que o termo comunicação
 16 carrega, no mundo moderno, as marcas de sua
 ambiguidade original (tornar comum a muitos, partilhar,
 trocar). Nesse sentido, quando se fala em comunicação
 19 face a face ou interativa, pode-se dizer que se trata de
 troca e partilha, mas quando se fala de comunicação
 mediada, como rádio e TV, destaca-se consideravelmente
 22 a sua função de tornar comum a muitos.

Pierre Bordieu. *Questões de sociologia e comunicação*.
 FAPESP, ANABLUME, 2007, p. 42-3 (com adaptações).

No que se refere às ideias e a aspectos linguísticos do texto
 acima, julgue os próximos itens.

- 12 O trecho “que o termo comunicação carrega, no mundo
 moderno, as marcas de sua ambiguidade original”
 (ℓ. 15 a 17) exerce a função de complemento verbal no
 contexto em que ocorre.
- 13 Infere-se do texto que o termo “comunicação” adquire, no
 mundo moderno, interpretações distintas.
- 14 O segundo período do primeiro parágrafo poderia ser
 reescrito, com coerência e correção gramatical, da
 seguinte forma: Ganhou projeção a expressão *meio ou*
linhas de comunicação, a partir do século XVII (até o
 século XIX), onde passa a especificar as facilidades
 trazidas pelo desenvolvimento das ferrovias, canais e
 rodovias no deslocamento de pessoas e objetos.
- 15 É facultativo o emprego do sinal indicativo de crase em
 “A partir do século XVII” (ℓ.2).
- 16 O emprego do acento gráfico em “indústria” e “rádio”
 justifica-se com base na mesma regra de acentuação.

1 As traduções são muito mais complexas do que se imagina.
 Não me refiro a locuções, expressões idiomáticas, gírias, flexões
 verbais, declinações e coisas assim. Isso pode ser resolvido de uma
 4 maneira ou de outra, se bem que, muitas vezes, à custa de intenso
 sofrimento por parte do tradutor. Refiro-me à impossibilidade de
 encontrar equivalências entre palavras aparentemente sinônimas,
 7 unívocas e univalentes. Por exemplo, um alemão que saiba português
 responderá sem hesitação que a palavra da língua portuguesa
 “amanhã” quer dizer “*morgen*”. Mas coitado do alemão que vá para
 10 o Brasil acreditando que, quando um brasileiro diz “amanhã”, está
 realmente querendo dizer “*morgen*”. Raramente está. “Amanhã” é
 uma palavra riquíssima e tenho certeza de que, se o Grande Duden
 13 fosse brasileiro, pelo menos um volume teria de ser dedicado a ela
 e a outras que partilham da mesma condição.

“Amanhã” significa, entre outras coisas, “nunca”, “talvez”,
 16 “vou pensar”, “vou desaparecer”, “procure outro”, “não quero”, “no
 próximo ano”, “assim que eu precisar”, “um dia destes”, “vamos
 mudar de assunto” etc. e, em casos excepcionalíssimos, “amanhã”
 19 mesmo. Qualquer estrangeiro que tenha vivido no Brasil sabe que
 são necessários vários anos de treinamento para distinguir qual o
 sentido pretendido pelo interlocutor brasileiro, quando ele responde,
 22 com a habitual cordialidade, que fará tal ou qual coisa amanhã. O
 caso dos alemães é, seguramente, o mais grave. Não disponho de
 estatísticas confiáveis, mas tenho certeza de que nove em cada dez
 25 alemães que procuram ajuda médica no Brasil o fazem por causa de
 “amanhãs” casuais que os levam, no mínimo, a um colapso nervoso,
 para grande espanto de seus amigos brasileiros.

João Ubaldo Ribeiro. *A vida é um eterno amanhã*. In: *Um
 brasileiro em Berlim*. 1993 (com adaptações).

Em relação às ideias e a aspectos linguísticos do texto acima, julgue os
 itens subsequentes.

- 17 O último período do texto poderia ser reescrito, com coerência e
 correção gramatical, da seguinte forma: Não disponho de estatísticas
 confiáveis, mas estou certo que nove em cada dez alemães que
 procuram ajuda médica no Brasil, para grande surpresa de seus
 amigos brasileiros, o fazem por causa de “amanhãs” casuais que lhes
 levam, no mínimo, um colapso nervoso.
- 18 Infere-se da leitura do texto que os brasileiros, na maioria das vezes,
 usam a palavra “amanhã” em sentido metafórico, e os alemães, em
 sentido literal.
- 19 Depreende-se da leitura do texto que, apesar de não se basear em
 estatísticas, o autor constrói sua argumentação com dados advindos
 do sistema de saúde brasileiro.
- 20 O pronome “ele” (ℓ.21) tem como referente “Qualquer estrangeiro
 que tenha vivido no Brasil” (ℓ.19).

Em relação às correspondências oficiais, julgue os seguintes itens.

- 21 O vocativo **Prezado colega** é adequado para compor um
 memorando, modalidade de comunicação entre unidades
 administrativas de um mesmo órgão, mas não um ofício, que se
 destina à comunicação externa.
- 22 A redação oficial caracteriza-se por uma linguagem contrária à
 evolução da língua, uma vez que sua finalidade é comunicar com
 impessoalidade e máxima clareza.
- 23 As comunicações oficiais devem nortear-se pela uniformidade, pois
 há sempre um único comunicador: o serviço público.
- 24 Os princípios da publicidade e da impessoalidade, que regem
 toda a administração pública, devem nortear a elaboração das
 comunicações oficiais.
- 25 Na elaboração das comunicações oficiais, deve-se empregar,
 sempre, o padrão culto da linguagem, admitindo-se o emprego dos
 jargões técnicos, mas não de regionalismos e gírias.

Julgue os itens seguintes, referentes a agentes públicos e poder de polícia.

- 26 A autoexecutoriedade de certos atos de poder de polícia é limitada, não sendo possível que a administração, por exemplo, condicione a liberação de veículo retido por transporte irregular de passageiros ao pagamento de multa anteriormente imposta.
- 27 Para que seja admitida a realização de exame psicotécnico em concurso público, basta que haja previsão no edital, com a definição de critérios objetivos e a possibilidade de recurso.
- 28 Em um concurso público que requeira investigação social como uma de suas fases, a existência de inquérito policial instaurado contra o candidato não tem, por si só, o poder de eliminá-lo do certame.

No que diz respeito a licitações públicas, julgue o item abaixo.

- 29 Não ofende o princípio da igualdade ou da ampla competitividade a cláusula editalícia que exija, em licitação destinada à contratação de serviço, para fins de qualificação técnica, comprovada experiência.

No que se refere ao processo administrativo, julgue os próximos itens.

- 30 É legitimado como interessado o terceiro que não tenha dado ensejo à instauração de processo administrativo, mas que possua direito suscetível de ser afetado pelo seu julgamento.
- 31 Não se admite em processo administrativo a motivação por referência, assim entendida a que faz alusão aos fundamentos de pareceres ou de decisões anteriores.
- 32 O processo administrativo, a exemplo do processo judicial, observa, na prática de cada um de seus atos, o princípio da inércia, de modo que seu desenvolvimento depende de constante provocação pelos interessados.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens a seguir.

- 33 Caso seja impossível a identificação do agente público responsável por um dano, o Estado será obrigado a reparar o dano provocado por atividade estatal, mas ficará inviabilizado de exercer o direito de regresso contra qualquer agente.
- 34 A conduta do lesado, a depender da extensão de sua participação para o aperfeiçoamento do resultado danoso, é relevante e tem o condão de afastar ou de atenuar a responsabilidade civil do Estado.
- 35 De acordo com o princípio da presunção de constitucionalidade, o Estado não pode ser responsabilizado por danos oriundos de lei posteriormente declarada inconstitucional.
- 36 Tal qual o ressarcimento pelo particular por prejuízo ao erário, é imprescritível a pretensão do administrado quanto à reparação de dano perpetrado pelo Estado.

Julgue os itens subsequentes, concernentes aos serviços públicos.

- 37 O princípio da modicidade afasta a possibilidade de adoção de serviços públicos prestados gratuitamente.
- 38 O inadimplemento do concessionário, que deixa de executar total ou parcialmente serviço público concedido, acarreta a extinção do contrato de concessão por rescisão promovida pelo poder concedente.
- 39 Os princípios da generalidade e da impessoalidade impõem a unicidade da tarifa para todos os usuários, vedando, por exemplo, a diferenciação tarifária na cobrança pelo serviço de abastecimento de água.
- 40 O princípio da continuidade do serviço público não impede a concessionária de energia elétrica de suspender o fornecimento de eletricidade no caso de inadimplemento do usuário.

A respeito do direito constitucional, julgue os itens que se seguem considerando que a sigla CF refere-se à Constituição Federal de 1988.

- 41 Considere que, após uma operação da Polícia Federal, determinado servidor público tenha sido preso, processado em juízo e condenado definitivamente por improbidade administrativa. Nessa situação, um dos possíveis efeitos da pena será a suspensão dos direitos políticos do referido servidor.
- 42 Em respeito ao princípio da dignidade humana, previsto na CF, caso o Brasil seja signatário de determinado tratado sobre direitos humanos, o referido tratado será recepcionado automaticamente como emenda constitucional.
- 43 O direito à educação, expresso na CF, refere-se a programas a serem implementados pelo Estado, possui aplicabilidade mediata e necessita de lei infraconstitucional integradora para produzir todos os seus efeitos, haja vista ser uma norma de eficácia contida.
- 44 Um estrangeiro residente no Brasil, após ir ao jogo da final da Copa do Mundo de 2014, foi preso pela polícia, durante uma briga, na saída do estádio. Nessa situação, independentemente da intervenção de qualquer autoridade consular de seu país, o estrangeiro poderá impetrar diretamente um pedido de *habeas corpus*.

Acerca da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 45 Considere que determinado estado tenha editado norma geral sobre matéria de competência concorrente, ante a ausência de normas gerais editadas pela União. Nessa situação, se a União, posteriormente, editar lei estabelecendo normas gerais sobre a mesma matéria, a referida lei estadual será suspensa, no que for contrária à lei federal.
- 46 A forma federativa de Estado adotada pela CF consiste na descentralização política e na soberania dos estados-membros, os quais são capazes de se auto-organizar mediante a elaboração de constituições estaduais.

Com relação aos Poderes da República e às funções essenciais à justiça, julgue os itens subsequentes.

- 47 Em decorrência do princípio da separação dos poderes, súmulas vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal têm sua eficácia restrita a atos e decisões na esfera do Poder Judiciário.
- 48 Considere que o presidente da República, na presença de policiais que o escoltavam, tenha cometido uma tentativa de homicídio contra um servidor. Nessa situação, mesmo tendo presenciado o delito, os policiais não poderão efetuar a prisão em flagrante do presidente da República.
- 49 Considere que uma agência reguladora, ao editar um ato regulamentar, tenha criado uma obrigação não prevista em lei. Nessa situação, compete ao Senado Federal sustar o referido ato.
- 50 Cabe à Advocacia-Geral da União a representação judicial e extrajudicial não apenas do Poder Executivo, mas também dos Poderes Legislativo e Judiciário.